

OS GREGOS E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

Maria das Graças de Moraes Augusto*

Abstract

Two relevant events for the study of the presence of the Classical Tradition in Brazilian Culture are connected to the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazil in 1808: the publication in Rio de Janeiro, in 1814, by the *Impressão Régia*, of the first version direct from the Greek to the Portuguese Language, printed in Brazil, of Aristotle's *Categoriae*, translated by Silvestre Pinheiro Ferreira, to be used in his *Preleções Filosóficas* (Philosophical Teachings Lectures) in the Real Colégio de São Joaquim between April 1813 and 1817, and the publication in Lisbon, in 1816, in a bilingual edition, of the translation into Portuguese, made by the Brazilian José Bonifácio de Andrada e

Resumo

À chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, estão atrelados dois acontecimentos relevantes para o estudo da presença da tradição clássica na cultura brasileira: a publicação no Rio de Janeiro, em 1814, pela *Impressão Régia*, da primeira versão direta do grego para a língua portuguesa, impressa no Brasil, das *Categorias*, de Aristóteles, traduzida por Silvestre Pinheiro Ferreira, para ser usada em suas *Preleções Filosóficas*, no Real Colégio de São Joaquim, entre abril de 1813 a 1817, e a publicação em Lisboa, em 1816, em edição bilingüe, da tradução para o português, elaborada pelo brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, do poema *Primavera*, de Meleagro de Gadara.

* Professora Associada do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Lógica e Metafísica do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Pesquisa vinculada ao projeto IDEA – Informação e Documentação em Antiguidade Clássica, desenvolvido junto ao Programa de Estudos em Filosofia Antiga do Departamento de Filosofia da UFRJ, e ao Núcleo de Estudos Antigos e Medievais da Faculdade de Letras da UFMG, com apoio da FAPERJ e do CNPq.

Agradeço, em especial, a Profa. Maria Manuela Ramos Sousa e Silva não apenas pela primeira leitura do texto, mas, sobretudo, por suas sugestões, indicações e pela crítica sempre temperada pela *hermenêutica* “clara e distinta” e pela *philia* intelectual e existencial.

Silva, of the idyll A Primavera (The Spring) by Meleager Gadarensis.

The aim of this article is to analyze these two events in the context of the process of formation of Brazil as a "political community".

Keywords: classical tradition in Brazil; Aristotle's *Categoriae*; Silvestre Pinheiro Ferreira; José Bonifácio de Andrada e Silva; Meleager Gadarensis.

O texto que ora se apresenta tem por objetivo a análise desses dois acontecimentos no contexto do processo de formação do Brasil como uma "comunidade política".

Palavras-Chave: tradição clássica no Brasil; Aristóteles-Categorias; Silvestre Pinheiro Ferreira; José Bonifácio de Andrada e Silva; Meleagro de Gadara.

A presença da tradição clássica no Brasil, desde a chegada dos jesuítas com Tomé de Souza, em 1549, parece ter sido sempre uma presença constante e reveladora de aspectos distintos e marcantes de nossa cultura, que nem sempre foram avaliados por nossos historiadores e antropólogos de modo justo e correto.

É, pois, com a expectativa de contribuir para uma mais adequada avaliação da participação da tradição clássica na *cultura brasileira*, que nos propomos, aqui, discutir sua presença no momento emergente de nossa formação como comunidade política: os anos de 1808 a 1821, quando o Brasil deixa de ser Colônia de Portugal para ser partícipe do Reino Unido de Portugal e Algarves.

Nesse sentido, dois fatos envolvendo a tradição clássica parecem apontar para um aspecto pouco discutido pelos estudiosos do referido período: a publicação no Rio de Janeiro, em 1814, pela Impressão Régia, da primeira tradução direta do grego para a língua portuguesa, impressa no Brasil, das **Categorias**, de Aristóteles, elaborada por Silvestre Pinheiro Ferreira, futuro ministro de D. João VI, para ser usada em suas **Preleções Filosóficas**, ministradas no Real Colégio de São Joaquim, entre abril de 1813 a 1817, e a publicação, em Lisboa, em 1816, em edição bilíngüe, da tradução para o português feita pelo brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva do idílio **A Primavera**, de Meleagro de Gadara.

Em uma primeira avaliação, esses fatos podem parecer coincidentes e acidentais em relação às profundas alterações que a chegada da Corte Portuguesa acarretou na vida cultural do Rio de Janeiro, e aqui vale lembrar que, com D. João VI, vieram não só a abertura de nossos portos, mas

também a tipografia, as escolas profissionais, a primeira biblioteca pública¹, o Horto Botânico, a escola de Belas Artes, a Academia Militar, dentre outras novidades importantes. Mas, vistos de perto, os dois fatos podem contribuir para aclarar não só o contexto político “brasileiro” nesses anos de formação do Brasil como nação, mas também uma re-visão da presença da tradição clássica na *cultura brasileira*.

Assim, passemos, então, às **Preleções Filosóficas**, ao contexto em que o texto de Aristóteles foi traduzido por Silvestre Pinheiro Ferreira, e ao processo de transmissão da cultura nas primeiras décadas do século XIX no Rio de Janeiro.

1. O ócio dos “serviços do Estado” e a funcionalidade da tradução na crítica filosófica

Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu em 31 de dezembro de 1769, em Lisboa, donde podemos verificar que foi formalmente educado ao longo do polêmico governo do Marquês de Pombal, sob a tutela da Congregação do Oratório, onde ingressou em 1783, aos 14 anos de idade, com intenção de seguir a vida eclesiástica, e onde concluiu o curso de Humanidades. Mas, como indicam seus biógrafos², apesar de ter sido aluno de grande brilho, acabou por polemizar com Padre Teodoro de Almeida, o que deu início a uma perseguição que terminou com a saída de Silvestre Pinheiro Ferreira da Congregação e renúncia à vida clerical, voltando-se, então, para o ensino leigo, tendo ministrado, durante algum tempo, aulas particulares de filosofia em Lisboa, até ser aprovado, por concurso, em 1794, para lente substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (Silva, 1862, p. 259)³.

Em Coimbra, entretanto, Pinheiro Ferreira ficará pouco tempo, pois, em função de suas críticas a Verney e Genovesi, será, mais uma vez, perseguido e acusado de “jacobinismo”, fugindo para a França em julho de 1797, a bordo de um navio holandês, que passaria pela França onde deveria ficar (Silva, 1862, p. 261). Todavia, seu roteiro será alterado, tendo desembarcado em Dover, e permanecido em Londres até conseguir recursos para chegar à Holanda, onde se encontrou com o futuro Conde da Barca – que terá importância capital na estada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro –, então Ministro de Portugal em Haia, que o acolheu. E, sob sua proteção, foi nomeado interinamente secretário da Embaixada Portuguesa em Paris, e,

em 1798, secretário da Legação Portuguesa na Holanda, tendo ainda acompanhado o Conde da Barca “em uma viagem de instrução ao Norte da Alemanha, regressando ambos a Lisboa em 1802” (SILVA, 1862, p. 261)⁴.

Nesse período, sem maiores precisões de datas, assinala Inocêncio Ferreira da Silva, no verbete do **Dicionário Bibliográfico Português**, que Silvestre Pinheiro Ferreira foi nomeado

Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e, pouco depois, Encarregado de Negócios Estrangeiros na Corte de Berlim, onde prestou ao país os serviços que as circunstâncias requeriam, procurando então, como sempre, aprofundar os seus conhecimentos e dando-se especialmente ao estudo das ciências naturais.

Esses estudos, conforme Pinheiro Ferreira assinala em algumas de suas obras (Ferreira, **Preleções filosóficas**, §395 e Ferreira, 1839, p. 6-7) – tendo seguido os cursos de Fichte e Schelling, e tendo sido ele “educado com (*sic*) os princípios de Aristóteles e seus continuadores Bacon, Leibniz, Locke e Condillac” –, levaram-no a olhar “com desdém para o tenebroso barbarismo dos Heráclitos da Alemanha e para a brilhante fantasmagoria dos ecléticos de França” (Ferreira, 1839, p. 6)⁵.

De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, em sua obra **Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria**, ele chegará ao Brasil em 1809⁶, e, em maio de 1811, estando desempregado e vivendo de uma pequena pensão de 53\$000 (Silva, 1975, p. 32), será nomeado, em 13 de maio, deputado da Junta de Comércio, e, em abril de 1813, segundo anúncio publicado na **Gazeta do Rio de Janeiro** do dia 14, iniciará, no dia 26, suas **Preleções Filosóficas** no Real Colégio de São Joaquim; em 17 de fevereiro de 1815, é nomeado diretor da Junta de Direção da Real Tipografia, além de dedicar-se, no período de 1814/1815, por solicitação do Príncipe Regente, ao projeto de Reforma da Monarquia Portuguesa, divulgado sob o título de *Memórias políticas sobre os abusos gerais e modos de os reformar e prevenir a Revolução Popular, redigidas por ordem do Príncipe Regente – 1814/1815*⁷, sendo escolhido, em 1819, para representar Portugal na Comissão Luso-Britânica para a supressão do tráfico da Escravatura.

Em fevereiro de 1821, após a revolução constitucionalista do Porto, D. João VI irá nomeá-lo Ministro do Exterior e da Guerra⁸, condição na qual regressará a Portugal com o monarca, afastando-se do governo em

1823 e seguindo para Paris num exílio voluntário⁹, de onde só retornará em 1842, morrendo em Lisboa em julho de 1846.

1.1 Os antecedentes das **Preleções Filosóficas**

No centro dos antecedentes das **Preleções Filosóficas** está o polêmico governo “iluminado” do Marquês de Pombal e suas conseqüências, seja na vida universitária portuguesa, seja na vida educacional da Colônia, implementadas pelas reformas da instrução pública realizadas em seu governo.

Começemos, então, pela vida universitária portuguesa, onde a presença do modelo educacional e intelectual implementado pela Companhia de Jesus (Rodrigues, 1931, v. 1, p. 569-594) havia dominado tanto a instrução secundária quanto a instrução superior e, a partir da concessão feita por D. João III, em 1555, do Real Colégio das Artes da Universidade de Coimbra aos jesuítas, conquistado lugar privilegiado na educação das elites portuguesas¹⁰ – uma vez que a passagem pelo Colégio era obrigatória para todos aqueles que se destinavam aos cursos superiores –, privilégio esse que será consolidado com a fundação da Universidade de Évora, diretamente subordinada ao Geral da Companhia.

O ensino e os objetivos da Companhia, estabelecidos em bases clássicas e humanísticas, ater-se-ão às regras estabelecidas pela *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos jesuítas, cujo primeiro esboço data de 1586, sendo promulgado definitivamente em 8 de janeiro de 1599¹¹. Segundo a *Ratio Studiorum*, após o estudo elementar de Gramática (Rodrigues, 1931, p. 570-572 e Leite, 1965, p. 41), o primeiro curso abrangia as Letras Humanas, isto é, o latim, o grego e o hebreu, acrescidos da Retórica, da Poesia e da História¹², e tinha por objetivo dar ao estudante uma formação sólida, pois na “gramática aprende-se a expressão correta do pensamento, nas humanidades a beleza da arte e na retórica a eloqüência persuasiva e comovedora do estilo” (Rodrigues, 1931, p. 572-572). A seguir, estabelecia três anos para o estudo da Filosofia “em todos os seus ramos da Física, da Metafísica e Moral, e o da Matemática, recomendando que sejam estas ciências versadas com sério empenho por mestres eruditos”; e quatro anos de estudos em Teologia, “não só a escolástica e especulativa, mas também, da prática positiva, bem como o da Escritura sagrada e direito canônico” (Constitutiones Societatis Jesu., P.IV, C.V, n.1, C.XII, n, 1,2 apud Rodrigues, 1931, p. 570).

Entretanto, nos cursos de Filosofia e Ciências, também chamados de “Artes”, predominavam, mesmo no século XVIII, as especulações aristotélicas.

[...] em Aristóteles, segundo os escolásticos, estava tudo: nada que investigar ou discutir; só havia que comentar a vida intelectual, no que toca ao estudo do mundo externo, ficou reduzida a comentários. Comentar os livros da Antiguidade; comentar, utilizar, comentar. Era um sonho de sutilezas formais, um jogo de ilusões aéreas. Esmoía-se sempre um eterno cibo, de nulo valor alimentar; ia-se percorrendo um eterno círculo, como o cavaleiro no redondel. (SÉRGIO, 1929, p. 23)

No Brasil, os primeiros seis jesuítas chegaram com Tomé de Souza, em 1549¹³, enviados por Dom Diogo de Gouveia, iniciando-se, assim, o processo educacional no país. Logo ao desembarcarem, fundam seus famosos “Colégios”,

instalam os seus centros de ação e de abastecimento, ou, se o quiserem, os seus quartéis, para a conquista e domínio das almas, penetram as aldeias dos índios e, multiplicando, ao longo da costa, os seus pontos principais de irradiação, estabelecem-se ao sul, sob a inspiração luminosa do Pe. Manuel da Nóbrega. (AZEVEDO, 1976, p. 10)

As primeiras escolas fundadas pelos jesuítas, as “Escolas de Ler e Escrever”, tinham por finalidade ensinar a doutrina cristã aos meninos – mestiços, índios e portugueses – e a ler e escrever¹⁴.

Juntamente com o ensino de “ler, escrever e contar”, que se espalha do Rio de Janeiro ao Pará, os jesuítas fundaram, na Bahia, o *Colégio das Artes*, onde, em 1572, começa a funcionar o primeiro curso de Filosofia (LEITE, 1948, p. 109), cujo currículo, também estruturado pela *Ratio Studiorum*, estabelecia que à formação literária deveria seguir-se a formação filosófica, onde o pensamento *aristotélico* predominava.

Embora a *Ratio* indicasse que o curso de Letras Humanas abrangia os autores clássicos, gregos e latinos, durante o século XVI, o grego não foi ensinado no Brasil, sendo substituído pela “língua brasílica”, isto é, o tupi¹⁵. Somente no século XVII, posteriormente à promulgação da *Ratio* e da

reestruturação estabelecida por ela nos estudos gerais (LEITE, 1930-1950, v. 7, p. 162), é que o grego começou a ser estudado entre nós, e sua presença marcante deixou rastros indeléveis na obra do Padre Vieira¹⁶.

Vale ainda salientar que nas bibliotecas dos Colégios do Brasil existiam, segundo Serafim Leite, não só Bíblias em grego, mas muitas edições de autores gregos e latinos; livros como o do Pe. José Ritter, confessor de D. Maria Ana, rainha de Portugal, *Oracula Delphica seu Effata Graecorum Poetarum formandis adolescentes studiosi moribus*, editado em Viena, em 1728; comentários de autores estrangeiros e nacionais aos textos clássicos – dentre os nacionais, por exemplo, os de “José Petisco, afamado comentador de Cícero, Virgílio, Anacreonte e autor de uma Gramática da Língua Grega” –; e, dentre os dicionários, o **Calepino**, o **Thesaurus Linguae Latinae**, o **Gradus ad Parnasum** (LEITE, 1930-1950, v. 7, p. 152).

É, pois, a esse modelo educacional, estruturado pela *Ratio Studiorum*, que as reformas pombalinas irão fazer frente. Aqui, também, seremos breves, deixando para outra oportunidade as complexas questões referentes ao período pombalino nas histórias de Portugal e Brasil, procurando salientar apenas aspectos específicos da reforma da instrução pública promovida por D. José I, que ajudam a clarificar nosso argumento.

A reação em Portugal ao modelo jesuítico de educação começa no reinado de D. João V, quando, por vontade régia, será construída, nos arredores de Lisboa, uma casa para abrigar os padres da Congregação de S. Felipe de Nery, a famosa Congregação do Oratório, que deverá ensinar todas as Humanidades, o Grego, o Latim, a Retórica, a Poesia e a História, através de um método diferente daquele utilizado pelos jesuítas, o que viabilizou a elaboração, em 1711, dos **Exercícios de Língua Latina e Portuguesa**, e do **Novo Método de Gramática Latina, para uso das escolas da Congregação do Oratório na Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades**¹⁷, publicado em 1752, que será, após a expulsão dos jesuítas em 1759, recomendado expressamente pelo Alvará Régio quando da criação das Aulas de Latim, Grego, e Retórica¹⁸.

Da Congregação dos Oratorianos sairá também um dos grandes críticos do modelo educacional da Companhia de Jesus, Luis Antonio Verney, autor das célebres cartas propondo reforma dos estudos filosóficos em Portugal, que foram coligidas sob o instigante título **Verdadeiro método de estudar**, publicado em 1746.

O **Verdadeiro Método de Estudar**, ao pretender uma reforma geral dos estudos *menores* e *maiores*, num vasto programa pedagógico, apresentará rígida crítica dos métodos utilizados em Portugal até então, indicando soluções e novas diretrizes condizentes com o “que já se praticava nas nações mais cultas da Europa”.

Nesse sentido, a reforma das Humanidades concentrava-se, sobretudo, nos cursos de Latim e Retórica, onde a principal sugestão, de que a língua latina fosse ensinada por intermédio da língua portuguesa – o que conflitava diretamente com o modelo de ensino da Cia de Jesus, elaborado pelas regras da Gramática do Pe. Manuel Álvarez –, fixava uma concepção da latinidade onde a língua portuguesa era o instrumento de sua compreensão¹⁹. A possibilidade do estudo de uma “língua morta” nos moldes de uma “língua viva” estará simplificada nos três preceitos que orientam o **Novo Método de Gramática Latina** dos Oratorianos:

1º que todas as línguas têm a mesma ordem natural de sintaxe; 2º que a diversidade das línguas na sintaxe é acidental, e consiste em ocultar algumas palavras por elipse, ou em transpô-las por hipérbato, ou em aumentá-las por pleonasma, e, algumas vezes em suprir com uma só voz várias idéias, ou inventar novas partículas para reger diversos casos; 3º que todas as línguas se podem reduzir às mesmas regras gerais e essenciais e, especialmente, às mesmas regras da latina. (CARVALHO, 1978, p. 66-67)

Quanto às classes de Retórica, que viriam após o estudo do grego e do hebraico, a crítica de Verney, principalmente na Quinta e na Sexta Carta, concentrar-se-á nos “ornamentos do estilo, nos tropos e figuras de que tanto abusavam os oradores portugueses” (CARVALHO, 1978, p. 66-67), analisando o “mau gosto que imperava na elaboração dos sermões e panegíricos”:

Os rapazes que estudam nestes países, não sabem nada de retórica, porque lha não ensinam. Os que são adiantados, e continuaram os estudos, sabem ainda menos, porque beberam princípios tão contrários à boa razão, que ficam impossibilitados para se emendarem ... Falo somente do comum e falo fundado nas suas obras, nas quais se reconhece a verdade de quanto digo. Estão todos persuadidos que a eloquência consiste na afetação e

singularidade; e por esta regra, querendo ser eloqüentes, procuram de ser mui afetados nas palavras, mui singulares nas idéias, e mui fora de propósito nas explicações. (VERNEY, 1746, Quinta Carta, p. 104)

A retórica, na versão de Verney, deve corresponder a um uso mais geral da eloqüência, isto é, ela não deve ser utilizada apenas nos púlpitos e nas questões da vida pública, mas deve fazer parte das atividades que envolvem as relações entre os homens em todos os níveis correntes.

Ora, quando nos voltamos para as Instruções para os Professores de Retórica, veremos que o § 1 já esclarece que,

É pois a retórica a arte mais necessária ao comércio dos homens, e não só no púlpito e na advocacia como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares; nos negócios públicos, nas disputas; e, toda ocasião em que se trata com os homens é preciso conciliar-lhes a vontade; e fazer não só que entendam o que se lhes diz; mas que se persuadam do que se lhes diz e o aproveem. (apud SILVA, 1978, p. 172)

Ao lado do novo estatuto da Retórica na Reforma da Instrução pombalina, é importante sublinharmos a criação das **Aulas Régias de Comércio** e a implementação dos primeiros laboratórios de pesquisa como parte dos estudos filosóficos.

No Brasil, entretanto, as reformas pombalinas, consubstanciadas na expulsão dos jesuítas, que haviam estruturado toda a educação na Colônia, introduziram uma espécie de *hiato paidêutico*. Com a demora na nomeação de professores para a implementação das Aulas Régias²⁰, a Metrópole pouco pôde oferecer aos brasileiros, sendo a educação reestruturada, mais uma vez, pelas outras ordens religiosas que aqui se instalaram.

Ao longo dos 50 anos que separam a expulsão dos jesuítas e a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, a educação no Brasil ficou circunscrita aos poucos professores enviados pela Metrópole e aos Seminários religiosos, dos quais vale lembrar o de Mariana, em Minas Gerais, o dos Franciscanos, no Rio de Janeiro, e, o mais singular de todos, o Seminário de Olinda, em Pernambuco, fundado em 1800, pelo Bispo Azeredo Coutinho, com um currículo inovador, influenciado pelo modelo oratoriano, onde, incluídas nas Humanidades, estavam a Retórica e o Latim, e, em lugar do

Grego, o estudo das “línguas vivas”, bem como era marcado, dada a necessidade de formação de quadros na Colônia, por uma concepção “empiricista” e “profissionalizante” no processo de formação dos alunos.

Das reformas pombalinas, podemos, então, inferir três aspectos que, acrescentados àqueles que indicamos no contexto da rápida análise do modelo de educação jesuítica, clarificam um pouco mais o contexto intelectual que precede as **Preleções Filosóficas**: [i] o começo do processo de laicização da educação, [ii] o novo estatuto da Retórica, e [iii] a “*empeiria*” como critério de compreensão da necessidade de um ensino profissional.

1.2 As Preleções Filosóficas e o ócio dos “serviços do Estado”

No ambiente eclesiástico no qual a Filosofia foi sempre ensinada no Brasil Colônia²¹, as **Preleções Filosóficas** de Silvestre Pinheiro Ferreira são, efetivamente, uma conquista advinda da chegada da família real no Rio de Janeiro, e que, acreditamos, deve ser compreendida no âmbito das mudanças introduzidas por D. João VI, e, dentre elas, a formação de uma biblioteca pública²², a instauração das escolas profissionais – a Escola Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro e a escola de Medicina na Bahia –, a Real Academia Militar, o Horto Botânico, a Academia de Belas Artes, o Museu Nacional, a Aula Régia de Economia, o projeto do Instituto Acadêmico, e a instalação da Imprensa Régia, que começa a funcionar ainda em 1808, portanto, em meio ao processo de montagem do Estado que, mais adiante, poderá ser dito “brasileiro”.

As **Preleções**, como já adiantamos, foram proferidas no Real Colégio de São Joaquim²³, e, embora as datas de início e fim não tenham sido claramente definidas pelos historiadores, temos notícia, pelo anúncio publicado na **Gazeta do Rio de Janeiro** de 13 de abril de 1813, do programa e do seu início no dia 26, acrescentando-se, ainda, que aqueles que “quizerem subscrever para estas Preleções, que serão nas segundas, quartas e sextas feiras pelas 5 horas da tarde, dirigir-se-ão ao Reverendo Reitor do mesmo Colégio de S. Joaquim”, e que a “subscrição é de meia dobra ao mês”. Quanto ao seu término, as datas são controversas, mas é quase certo que tenham se prolongado, no mínimo, até o final de 1815, como sugere Antonio Paim na introdução da edição por ele organizada destas **Preleções Filosóficas**, ou o argumento de Maria Beatriz Nizza da Silva, de que “o curso parece ter sido feito apenas durante o período em que Pinheiro Ferreira

esteve afastado dos seus cargos públicos”, admitindo, entretanto, que a publicação dos fascículos das *Preleções* tenha se estendido até 1820 (PAIM, 1970, p. 7 e SILVA, 1975, p. 40).

Sua publicação foi feita em fascículos, pela Impressão Régia, no Rio de Janeiro, a partir de 1813, e a mesma **Gazeta do Rio de Janeiro**, em 28 de agosto de 1813, noticia a publicação da Primeira Preleção, que poderia ser comprada por 200\$00, na loja da Gazeta e na loja de Francisco Luiz Saturnino. Uma outra indicação que nos permite inferir a publicação seria da está na “Advertência”, que aparece logo após a folha de rosto da tradução das **Categorias**, no exemplar da Biblioteca Nacional: “Uma das partes mais essenciais do Curso de Preleções Filosóficas, que estou atualmente publicando...”.

Por outro lado, o **Correio Braziliense**, de Hipólito da Costa, informa, no exemplar de outubro de 1814, o aparecimento das oito primeiras Preleções²⁴, e, no número de agosto de 1816, informa aos seus leitores a publicação da Nona à Vigésima Preleção. Parece, então, razoável que a publicação das 30 Preleções que conhecemos hoje, tenha se estendido até 1820.

O conjunto das 30 Preleções, no exemplar da Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, comporta: uma Advertência, na seqüência da folha de rosto, os textos da 1ª à 29ª Preleção; a tradução das **Categorias**²⁵, com folha de rosto, seguida também por uma Advertência; e um Índice relativo às 22 primeiras Preleções, “destinado não só a indicar os lugares em que se trata das diferentes matérias, mas a dar uma idéia resumida delas; e mesmo a corrigir e suprimir alguns descuidos, em que se advertiu ulteriormente”, e um Suplemento ao Índice, faltando, portanto, a 30ª Preleção, preservada em exemplar da Biblioteca da Universidade de Coimbra²⁶.

Passemos, então, rapidamente, ao texto das **Preleções** – uma vez que não é nossa intenção aqui discutir as questões estritamente filosóficas nelas contidas, nem os problemas relativos às influências, seja do empirismo inglês, seja do ecletismo francês, que têm sido objeto de análise por quase todos os comentadores da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira –, delimitando seu conteúdo geral, para, a seguir, dirigirmos nossa atenção para as Advertências feitas aos seus leitores e aos ouvintes.

Assim, o título maior da obra, à qual temos nos referido de modo simplificado, é **Preleções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia**, que foram estruturadas, a partir de um plano geral, dividido em três partes, que compõem o objeto de sua investigação:

[i] a Teórica do Discurso e da Linguagem, onde serão expostos os princípios da Lógica, da Gramática Geral e da Retórica;

[ii] o Tratado das Paixões, primeiramente consideradas como simples sensações, e versando sobre matérias de Gosto; donde se deduzirão as regras da Estética, ou de Teórica da Eloquência, da Poesia e das Belas Artes, que serão, a seguir, consideradas como atos morais, compreendidos nas idéias de virtude ou de vício; donde desenvolver-se-ão as máximas da *Diceósina*, que abrangerá a Ética e o Direito Natural;

[iii] o Sistema do Mundo, ou a Cosmologia, onde se tratará das propriedades gerais dos Entes, ou da Ontologia e Nomenclatura das Ciências físicas e matemáticas, de cujas propriedades se deduzirão as relações dos Entes criados com o Criador, ou os princípios da Teologia Natural (**Preleções** f.1, 1813).

O autor esclarecerá ainda, na apresentação da “Idéia Geral da Obra”, que, uma vez estabelecidos os necessários princípios preliminares da Teórica – o que será feito nas 8 primeiras **Preleções** –, as duas outras partes mencionadas acima serão acompanhadas pela análise de “alguma obra escolhida dos principais Filósofos, Oradores e Poetas, assim antigos, como modernos, sagrados, e profanos” (**Preleções** f.1, 1813).

A partir da 9ª **Preleção**, Silvestre Pinheiro Ferreira começará, então, seus comentários às **Categorias** de Aristóteles, procurando, simultaneamente, demonstrar o que há de semelhante e o que há de diferente, no que tange à matéria filosófica, entre sua concepção da filosofia e a daqueles “escritores que o precederam, começando pelos antigos até os modernos” (9ª **Preleção** §310).

O comentário ao texto de Aristóteles estender-se-á até a 29ª **Preleção**, para, na 30ª, dar lugar à discussão acerca da questão da idéia do Bom e do Mau, onde o autor descreverá o modo “como as nações se civilizam e avançam em bom gosto, podendo ao mesmo tempo crescer em forças e riqueza ou decair em desfalecimento e pobreza” (30ª **Preleção** §985 e seguintes).

Por conseguinte, tanto o tratado das paixões, quanto o sistema de mundo terão de ser pensados à luz da teórica do discurso e da linguagem, e se a arte de pensar e a arte de falar são indissociáveis, uma vez que,

Todo homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber discorrer com acerto e falar com correção. Todos precisam de conhecer o Mundo, tanto o físico como o moral, de que fazem parte, isto é, as Leis gerais dos corpos, que compõem o Sistema do Mundo; e os Deveres que cada um de nós, considerado como homem e como cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade, e para com o Ente Supremo, de quem havemos recebido a existência (1ª Preleção §1),

os verdadeiros filósofos assentam suas doutrinas sobre a compreensão de que a “teórica do raciocínio e a do discurso são inseparáveis da teórica da linguagem”. Daí o equívoco, que ele pretende superar, dos que aceitaram a Gramática e a Retórica como disciplinas não filosóficas:

Houve um tempo em que os Filósofos julgaram que assim como dos vestidos, com que nos cobrimos, o que os corta e cose, nada cura de saber como se tecem e urdem; [...] do mesmo modo cumpria que aquele que ensinasse a Arte de pensar, ou a Lógica, se não intrometesse com as regras da Arte de falar, quero dizer da Gramática Geral e da Retórica. Donde resultou que estas duas últimas Ciências repudiadas pelos Filósofos, como que também da sua parte prescindiram da Filosofia; de modo que contentes com saberem o que haviam os Mestres mais acreditados (que nem sempre foram os mais sensatos) os Gramáticos e os Retóricos, pela maior parte, reputavam estranho à sua profissão o exame filosófico dos princípios da Arte que ensinavam.

[...]

De tudo o que se deduz, sendo impossível falar sem discorrer e quem discorre, raciocina, as regras que ensinam a conhecer os vícios e a arte de bem falar são as mesmas que constituem a arte de bem discorrer, e de raciocinar com acerto; assim a Lógica, a Gramática Universal e a Retórica vêm todas três a não ser mais do que uma única e mesma Arte. (1ª Preleção §5 e 8)

Com essas idéias delineadas, podemos nos deter, agora, nas Advertências feitas ao leitor e ao ouvinte das **Preleções**. A primeira delas diz respeito ao lugar da filosofia – entre os “azares da fortuna” e os “reveses da ventura”:

Azares da fortuna, cuja relação pertence a outro lugar, me levaram a consagrar à instrução da Mocidade os momentos desocupados dos deveres próprios do Emprego, que exercito no serviço do Estado.

Era natural, que tendo de recorrer no último quartel da vida à mesma honrosa Profissão, com que nos anos da juventude abri a minha carreira no mundo literário, me valesse daquela Ciência, a quem devi sustentação, amigos, e constância sobranceira e todos os reveses da ventura.

Resolvi-me pois a anunciar nesta Corte um Curso de Preleções Filosóficas sobre a Teórica do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia. (Preleções, Advertência, f. 3, 1813)

Foram, portanto, os “azares da fortuna” e os “reveses da ventura” que levaram o nosso filósofo ao exercício da Filosofia, a exercitar o ócio das ocupações do Estado, numa “ciência” que fosse capaz de propiciar-lhe as condições do exercício de cidadania.

A segunda, refere-se às dificuldades oriundas da falta de um “livro elementar” que pudesse “fixar” e “recordar” nos *ânimos* de seus ouvintes o que nelas houvesse sido abordado. Daí a idéia das cópias, seja pela cópia manual dos alunos, seja pelo uso dos prelos!

Mas opunha-se à execução deste projeto a falta de um livro elementar, cuja lição fixasse e recordasse nos ânimos dos que assistissem às Preleções, as doutrinas de que nelas se houvesse tratado.

Não me restava outro recurso, senão o de pôr eu mesmo por escrito as próprias Preleções: e deixar tirar cópias delas aos meus ouvintes, ou fornecer-lhas por via da Impressão.

A este último expediente porém, que era sem dúvida o mais acertado encontrava a regra geral de se não deverem entregar ao Prelo, senão Obras trabalhadas com descanso, feitas e acabadas.

Contudo pareceu-me, que esta regra admitia algumas exceções, era certamente uma delas o caso em que eu me achava, absolutamente destituído de Elementos para o uso das minhas Leituras.

É pois esta urgência, e não cegueira de amor próprio, quem me move a deixar sair à luz estas Preleções com os numerosos defeitos, que são de esperar de obra, que deve ser composta, revista pelas competentes Autoridades, e impressa no curto espaço, que medeia entre Leitura e Leitura. (Preleções, Advertência, f. 3 e 4, 1813)

Dessa forma, o que o filósofo nos adverte é que, em meio a dificuldades de ordens diversas, superá-las significa, estabelecer, em uma “ciência”, a indissociabilidade entre a arte de falar e a arte de pensar.

Mas, agora, podemos perguntar: qual a função da tradução das **Categorias** neste contexto? Não seria mais uma vez um modo de Silvestre Pinheiro Ferreira articular a arte de pensar com a arte de falar? Não cumpriria ela a função de estabelecer os princípios que regem as condições precárias, mas legítimas, do processo denominado na 30ª **Preleção** de “como as nações se civilizam e avançam em bom gosto”?

1.3 As **Categorias** de Aristóteles, a função da tradução e o projeto de uma nação brasileira

A tradução das **Categorias** de Aristóteles foi publicada em 1814, com folha de rosto e paginação próprias, embora no exemplar 1 da Biblioteca Nacional estejam encadernadas, como observamos, com as **Preleções** em um único volume.

A folha de rosto já nos indica que o projeto de tradução abarca objetivos peculiares ao autor das **Preleções**, pois seu modo de traduzir está consubstanciado em uma intervenção direta no original grego: **Categorias** de Aristóteles; “traduzidas do grego e ordenadas conforme um novo plano”, concebido por ele, “para uso das Preleções Filosóficas do mesmo tradutor”.

Assim, procurando dar ao texto de Aristóteles uma feição semelhante àquela utilizada na elaboração das **Preleções**, isto é, o de ser um “livro elementar”, Silvestre Pinheiro Ferreira vai dividir o texto das **Categorias** em duas partes: uma primeira, denominada *Aforismos*, e a segunda, chama-

da de *Explicações*, justificando-se no fato de que, segundo ele, a alteração da ordem da escrita em nada altera a ordem das idéias ou a da leitura:

Mas se não precisa de justificação a homenagem que assim tributo às Obras de Aristóteles; precisa-o tanto mais a novidade da forma, em que aparecem na presente tradução: novidade, que deve parecer à primeira vista; um total transtorno do texto do Autor. Porém este transtorno, que é na verdade grande quanto à ordem da escrita, em nada altera, nem a ordem das idéias, nem a da leitura. Porquanto se começando nós a ler o texto da Primeira Parte pela primeira palavra Equívocos (que é também a primeira do original) passarmos da palavra diferente à Explicação Nº 1, na Segunda Parte: e lida ela, voltarmos ao segundo § da Primeira Parte: Unívocos porém etc.: e assim continuarmos, passando alternativamente do Texto às Explicações, que os números, ou os asteriscos indicam: e destas ao Texto; ninguém que com os olhos no Original grego nos escutasse, poderia suspeitar que nele se houvesse feito a menor alteração. (FERREIRA, 1814, f. 1)

À seção de *Aforismos* o tradutor circunscreverá tudo aquilo que ele considera “elementar”, e nas *Explicações* tudo aquilo que “não acrescenta nada ao que fica dito”, servindo apenas para clarificar o que foi dito:

Consiste pois esta unicamente em separar, à maneira de Notas, toda aquela parte do original, que não acrescenta nada ao que fica dito, e só serve a exemplificar, ou aclarar por qualquer outro modo, o que precede: sem que este novo arranjo violente a ligação de uma e outra coisa: nem eu tenha para isso omitido, acrescentado, ou substituído palavra alguma, do Original, pois antes as conservei na ordem da sintaxe, que cada uma delas ali ocupa. Duas são as vantagens, que me parecia, seguirem-se desta disposição: primeira, tornarem-se mais sensíveis e perceptíveis as doutrinas do Autor: Segunda, convidar mais a lerem-se, e facilitar o consultarem-se Obras, que se por algum tempo jazeram (a) em uma espécie de injusto esquecimento: e por não lidas experimentaram um tanto mais injusto desprezo; isso derivou em grande parte do fastio que causava aquela multiplicidade de explicações, que interrompem a dada passo o fio das idéias. (FERREIRA, 1814, f. 1)

As justificativas explicitando o plano de tradução utilizado aparecem também na Advertência, que, tal como nas **Preleções**, antecede a tradução, de modo a dimensionar o contexto do trabalho filosófico.

E se, na primeira parte da Advertência, podemos inferir, mais uma vez, a coalescência entre a arte de pensar e a arte de falar, posto que “a ordem da escrita, em nada altera, nem a ordem das idéias, nem a da leitura”, na segunda, veremos que a escolha das **Categorias** não é apenas uma escolha filosófica, mas, sobretudo, uma escolha que aponta para a tese de que a construção de uma nação, ou melhor, a “fundação” da nação deve pautar-se também no domínio da arte de pensar e da arte de falar:

Ninguém, que com reflexão tenha lido os Filósofos dos antigos e modernos tempos, poderá negar a Aristóteles a primazia sobre todos eles. E portanto as suas Obras deviam ser naturalmente as primeiras, que figurassem nesta como Biblioteca de Filosofia, que tenho empreendido.

[...]

Quisera eu que o texto grego aparecesse em frente desta tradução: tanto para excitar a Mocidade ao estudo da Língua Grega, que no meu conceito constitui o mais glorioso monumento da perfeição do Espírito humano; como também porque devendo esta tradução abundar em defeitos inevitáveis pelo pouco tempo em que sou obrigado a fazê-la e publicá-la; conviria muito, que a facilidade de a cotejarem com o texto oferecesse aos inteligentes o meio de corrigirem as faltas, que nela não pode deixar de haver em grande número, e muitas vezes de grande nota.

Por maior porém que fosse este meu desejo, não me foi possível satisfazê-lo; já porque neste nascente Estado faltam os meios para se fazer uma correta edição de um texto grego; logo que exceda a certos e muitos acanhados limites: já porque a carestia excessiva dos materiais e da mão-de-obra tornaria inútil para a maior parte das pessoas, a cujo uso este meu trabalho é dirigido, uma obra, que tendo unicamente em vista a instrução da Mocidade, deve estar ao alcance até daqueles mesmos que não gozam de avultados bens da fortuna. (FERREIRA, 1814, f. 1-3, grifo nosso)

Portanto, o filósofo e o tradutor não estão dissociados, e a possibilidade de traduzir parece ser uma exigência, uma condição natural, da reflexão filosófica, sobretudo em um “nascente Estado” como o Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.

O processo em que as nações “se civilizam”, a “construção do Bom Gosto”, supõe, para o nosso filósofo, a coalescência entre a Arte de Pensar e a Arte de Falar, como substrato da comunidade política, da conformação do Estado.

E essa tese ganhará maior sentido, quando constataremos que um dos principais teóricos do processo de emancipação política do Brasil é, também, e no mesmo período, um tradutor da Literatura Grega.

Passemos, então, muito brevemente, à tradução de José Bonifácio de Andrada e Silva.

2. O cientista, o homem público e o tradutor: José Bonifácio de Andrada e Silva e *A Primavera da nação brasileira*

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, em 13 de junho de 1763, e fez a instrução primária em família, seguindo para São Paulo para estudar no Seminário Diocesano, onde o Bispo Frei Manuel da Ressurreição havia estruturado um currículo de estudos em conformidade com as mudanças promovidas pela Congregação do Oratório. Concluídos os estudos secundários em São Paulo, José Bonifácio partiu para Portugal, sendo admitido, em outubro de 1783, no curso de Direito da Universidade de Coimbra, fazendo seus estudos jurídicos, acrescidos dos estudos de Matemática e Filosofia²⁷.

Em 1787, concluirá o curso de Filosofia, e, em 1788, o curso de Leis. Em março de 1789, será admitido como sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1780 pelo Duque de Lafões, o que lhe abriria caminho para uma carreira de cientista, sendo agraciado, em 18 de fevereiro de 1790, com um financiamento do governo português para uma viagem científica pela Europa (junto com Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Joaquim Frago). A finalidade dessa expedição está assim definida na portaria 1ª da Comissão do Real Erário: “adquirirem por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural”.

Em julho de 1790, José Bonifácio deixa Portugal, chegando a Paris em plena Revolução. Uma vez concluídos os cursos de Química e Mineralogia, segue para a Saxônia, onde estudará na Escola de Minas com A. Werner (com quem Silvestre Pinheiro Ferreira também estudou na mesma época), e, em 1796, para a Suécia e Noruega, de onde parte, em maio de 1799, de retorno a Portugal, passando pela Alemanha e pela Inglaterra, e desembarcando em Lisboa, em setembro de 1800.

Em Lisboa, reencontrará Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, que, “admirando as virtudes científicas” de José Bonifácio, abrirá caminho para sua nomeação em 1801, como professor na Universidade de Coimbra, com a função de lá fundar a cadeira de Metalurgia, sendo habilitado pela mesma carta régia a receber, gratuitamente, o capelo doutoral, o que aconteceu na Faculdade de Direito, em 5 de junho, e, na de Filosofia, em 20 de junho de 1802, dispensadas as teses e o exame privado. Em maio de 1801, foi também nomeado Membro do Tribunal de Minas; em novembro de 1801, Diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa; e, em 1807, Superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, dentre outros cargos que desempenhou nesse período.

Dessas funções, aquela em que menos se sentirá à vontade é a de Professor em Coimbra, onde permanecerá pelos 6 anos obrigatórios, isto é, até 1808.

Em maio de 1806, em carta ao Conde Linhares, dirá:

[...] estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra e obtenha minha jubilação, vou deitar aos pés de S.A.R. para que ir acabar o resto de meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu, [...] pois estou lavrador, tendo arrendado aqui uma quinta, [...] que me tem enriquecido de conhecimentos práticos de agricultura e empobrecido magra bolsa. (SOUSA, 1974, p. 41)

Com o fechamento do cerco promovido por Napoleão ao governo português, e, com a decisão de D. João VI de vir para o Brasil com a Corte, na qual veio também seu amigo Rodrigo de Souza Coutinho, José Bonifácio não só permanecerá em Portugal, como tomará parte ativa na guerra contra os franceses. Por que José Bonifácio permaneceu em Portugal se, em 1806, já pensava em voltar para o Brasil?

Nesse período, todos os pedidos oficialmente por ele encaminhados, solicitando seu retorno ao Brasil, foram postergados.

Em 1816, ano da publicação da tradução do poema de Meleagro de Gadara, José Bonifácio fará uma longa petição a D. João VI, onde enumera todos os serviços prestados ao Estado, pedindo sua aposentadoria e solicitando autorização para voltar ao Brasil, não obtendo, entretanto, a aprovação de seu pleito (SOUSA, 1974, p. 62).

Apenas em 19 de agosto de 1819, José Bonifácio poderá voltar ao Brasil, e, em carta a um amigo, citada por Otávio Tarquínio de Souza, afirmará, “mais feliz do que Ulisses que, de volta a Ítaca, só foi reconhecido por Argos, o cão fiel” (SOUSA, 1974, p. 69).

Com o desenrolar do processo de emancipação política do Brasil e o papel que ele terá em todo o processo de independência, a referência a Odisseu pode ser lida sob vários aspectos, nos quais não nos deteremos aqui, mas onde não podemos deixar de sublinhar, mais uma vez, a presença da tradição clássica na construção do Brasil como nação.

2.1 Da tradução d’**A Primavera** de Meleagro de Gadara à primavera da emancipação política do Brasil

O poema de Meleagro de Gadara, “MELEAGROU GADARHNOU EIS TO EAR EIDULLION” (ANDRADE E SILVA, 1816, p. 6), foi traduzido por José Bonifácio a partir da edição do texto grego e de sua tradução latina, do volume IV do **Excerptum totitus Italicae, nec non Helveticae Litteraturae**, publicado em Berna, no ano de 1759 (ANDRADE E SILVA, 1816, p. 6)²⁸.

A tradução foi publicada em Lisboa, pela Imprensa Régia, em 1816, sem o selo de S. A. R., apenas com o “Com Licença”, indicando a aprovação pela Mesa Censoria, criada pelo Marquês de Pombal, visto que D. João VI está no Brasil.

Como autor da tradução, temos apenas as iniciais: J. B. A. S., embora a atribuição da autoria já tenha sido feita por Rubens Borba de Moraes, na **Bibliografia brasileira do período colonial** (MORAES, 1969, p. 31), onde “brasileiro”, no período anterior a 1822, é definido pelo nascimento geográfico (Moraes, 1969, p. XV).

A tradução é precedida de uma introdução em que o tradutor explicará quem foi Meleagro de Gadara e os critérios por ele utilizados na tradução:

[...] *Idílio composto em grego pelo poeta Meleagro de Gadara na Síria, e que floresceu um século, com pouca diferença antes do nascimento de Cristo. [...] Nesta minha tradução procurei quanto em mim foi possível, ser fiel e chegado ao texto (segundo-o à risca sem espíritos e acentos como achei o original), sem contudo ser duro e ininteligível, como não raramente tem acontecido a algumas modernas versões Portuguesas de antigos clássicos. Se esta tradução der tanto gosto aos leitores, quanto me deu a lição de seu original, ficarei por certo satisfeito; quando não, foi isso trabalho perdido e de poucas horas, de que me não arrependo.* (ANDRADE E SILVA, 1816, p. 4)

Ora, quando nos voltamos para a tradução do poema de Meleagro, sua escolha parece estar consonante com o espírito andradino manifesto na carta de 1806, o de “estar lavrador”, prenunciando, assim, o “retorno de Odisseu”, quando de sua volta ao Brasil:

*Já do Ether fugio ventoso Inverno,
E da florida Primavera a hora
Purpúrea rio: de verde herva mimosa
A Terra denegrída se corôa.
Bebem os prados já líquido orvalho,
Com que medrão as plantas, e festejão
Os abertos botões das novas rosas.
Com os ásperos sons da frauta rude
Folga o Serrano, o Pegureiro folga
Com os alvos recentes cabritinhos.
Já sulcão Nautas estendidas ondas;
E Favonio innocente as velas boja.
As Menades, cubertas as cabeças
Da flor d’ hera, tres vezes enrolada,
Do uvífero Bacho Orgias celebrão:
A geração bovina das abelhas
Seus trabalhos completa; já produzem
Formoso mel; nos favos repousadas*

*Candida cera multiplicação. Cantão
Por toda a parte as sonoras Aves;
Nas ondas o Alcýão, em torno aos tectos
Canta a Andorinha; canta o branco Cysne
Na ribanceira, e o Rouxinol no bosque.
Se pois as plantas ledas reverdecem;
Florece a Terra; o Guardador a frauta
Tange, e folga co'as maçans folhudas;
Se Aves gorgeião; se as Abelhas crião;
Navegão Nautas; Baccho guia os choros:
Porque não cantarã também o Vate
A risonha, a formosa Primavera?*

Ao cantar **A Primavera**, não estaria o tradutor fazendo menção ao projeto de emancipação política do Brasil no qual se engajaria?

A terra renascida, coberta de hera, de novos botões de rosas, de plantas que reverdecem; onde os cabritinhos pastam ao som da flauta dos camponeses e dos pastores, as abelhas completam seus trabalhos produzindo mel e cera; as aves que cantam em múltiplos lugares, o alcão nas ondas do mar; as andorinhas, nos telhados; os cisnes, nas ribanceiras; os rouxinóis, nos bosques; os nautas que sulcam os mares com suas naus, todos guiados por Dioniso que conduz as Mênades e os Coros, não é já a visão política da “terra nova” evocada na nostalgia do retorno?

O poeta, tal como o deus que renasce, não estaria pensando na condução política dos “sertões” do Brasil?

Se coletarmos todas as aparentes coincidências entre Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva, veremos que ambos foram alunos da Congregação do Oratório, estudaram e ensinaram na Universidade de Coimbra após as reformas pombalinas de 1777, e lá tiveram, como professores, problemas e conflitos; também ambos estiveram em Paris, na década de 90, no auge da Revolução, ambos regressaram a Lisboa entre 1800/1802, e, não podemos esquecer que, no Brasil, Pinheiro vai escrever em 1814/1815 o projeto de monarquia constitucional, solicitado por D. João VI, sendo nomeado, em 1815, Diretor da Tipografia Real. Além, evidentemente, de terem traduzido, no mesmo período, um texto da Literatura Grega!

Assim, à guisa de precária conclusão, não seria absurdo reconhecermos que o nascimento do Estado no Brasil coincide com a publicação da

primeira tradução, direta do grego, das **Categorias** de Aristóteles, um texto clássico do pensamento antigo, e com a publicação d'**A Primavera**, um poema do final do período imperial.

Aleatória coincidência ou condição necessária para a emergência de uma comunidade política?

Bibliografia

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, v. 1, 1876-77.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **A Primavera**. Lisboa: Impressão Régia, 1816. Idílio Traduzido do Grego em Português por J. B. A. S. Com licença.

_____. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo: Revist dos Tribunais, 1963. 3 v.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, apresentação e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1974.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

_____. A transmissão da cultura. In: _____. *A cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, parte 3 da 5ª ed.

CALMON, Pedro. Ensino humanístico: os colégios dos jesuítas, as humanidades, as aulas régias superiores. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel (org.). **História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME/CFC, 1976, p. 343-355.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva, Edusp, 1978.

CARVALHO, Kátia. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. **Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846): Bibliografia e estudos**. Salvador: CDPB, 1982.

COELHO, Maria Luiza Cardoso R. Souza. **A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira**. Braga: Cruz, 1958.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Advertência. *In*: ARISTÓTELES. **Categorias**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814. f. I-VI.

_____. Cartas sobre a revolução do Brasil. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 239-377, 1888.

_____. **Memórias políticas sobre os abusos gerais e modos de os reformar e prevenir a Revolução Popular, redigidas por ordem do Príncipe Regente – 1814/1815**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 47, p. 1-13, 1884.

_____. **Noções Elementares de Philosophia e suas aplicações às sciências morais e políticas**. Paris: Rwy et Gravier, 1839.

_____. **Preleções Filosóficas**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.

_____. **Preleções Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Editorial Grijalbo, 1970.

_____. **Preleções Filosóficas**. Introdução de José Esteves Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

_____. **Precis d'un cours de philosophie élémentaire: ontologie, psychologie, idéologie**. Paris: Eduard Garnot, 1841.

_____. Silvestre Pinheiro Ferreira: Escritos Filosóficos. **Revista da Universidade de Coimbra**. Coimbra, p. 29-319, 1960.

FONSECA, Gondin da. **A revolução francesa e a vida de José Bonifácio**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 2v.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalíia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930-1950. 10 v.

_____. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1953.

_____. O curso de filosofia e as tentativas de se criar a Universidade do Brasil no século XVII. **Verbum**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, jun. 1948.

_____. **Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial: Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.

OLIVEIRA LIMA, M. de. **D.João VI no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

PAIM, A. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1974.

_____. Introdução. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Preleções Filosóficas**. 2 ed. São Paulo: Edusp, Editorial Grijalbo, 1970, p. 7-12.

PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Formação histórica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. (Brasiliana. v. 42)

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1931, v. 1.

PRAÇA, J. J. Lopes. **História da filosofia em Portugal**. Lisboa: Guimaraes, 1974.

SARAIVA, José Antonio. **Por uma história da cultura em Portugal: Renascimento e Contra Reforma**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1996. v. 2.

SÉRGIO, Antonio. **Ensaio**. Lisboa: Seara Nova, 1929.

SILVA, Inocêncio Francisco da. Silvestre Pinheiro Ferreira. In: _____. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa, 1862. t. 7, p. 259-73.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria**. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Brasiliana, v. 363)

_____. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Unesp, 2005.

SOUSA, Otávio Tarquínio. **José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Livraria José Olympio, 1974. Reimpressão da 1ª edição de 1945.

_____. **O pensamento vivo de José Bonifácio**. São Paulo: Martins Editora, 1945. (Biblioteca do Pensamento Vivo)

SUCUPIRA, Newton. O Seminário de Olinda e outros seminários. In:

DIEGUES JÚNIOR, Manuel (org.). **História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME/CFC, 1976, p. 356-373.

VERNEY, Luis Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja: proporcionando ao estilo e necessidade de Portugal exposto em várias cartas escritas pelo R.P.+++ Barbadinho da Congregação de Itália ao R.R.P. +++Doutor da Universidade de Coimbra**. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746.

Notas

¹ A *Real Bibliotheca do Rio de Janeiro* foi composta com parte da Real Biblioteca da Ajuda – que, por sua vez, era composta pela Biblioteca do Rei e a da Casa do Infantado –, trazida por D. João VI, em 1808. Cf. Anais da Biblioteca Nacional, 1876-77, v. 1, a descrição de Ramiz Galvão sobre o acervo vindo com o Príncipe Regente: “Não se sabe o que mais se deva admirar, si excelencia das edições raras si a beleza dos exemplares preferidos pelo douto colecionador, si enfim a boa ordem e perfeição das coleções facticias, prodigio de perseverança e de cuidado. Estão nela reunidas quase todas as provincias do saber humano, representadas pelas obras mais dignas de nota e estima”.

² “Destinado em princípio para seguir a vida eclesiástica, na congregação do Oratório entrou aos quatorze anos de idade e nela frequentou e conclui com grande aproveitamento o curso de humanidades, manifestando desde logo provas não equívocas de talento e estudo em algumas dissertações e memórias que compôs, as quais se por uma parte lhe conciliaram a estima e consideração de homens sábios e respeitáveis, por outra lhe causaram desgostos e malquerenças entre padres, que zelosos em demasia da reputação científica e literária do seu confrade Teodoro de Almeida, não podiam ver com bons olhos o mancebo, que se afoitara a fazer observações e reparos críticos sobre certos pontos, em confutação das doutrinas do homem tido por eles na conta de verdadeiro luminar das ciências fisico-matemáticas no seu tempo.” (SILVA, 1862, t. 7, p. 259-73). Sobre a polêmica com os Oratorianos veja também, SILVA, 1975; PAIM, 1974, p. 179-202; COSTA, 1956, p. 55-75; COELHO, 1958.

³ “No Almanaque para o ano de 1797 seu nome vinha já indicado para o cargo de professor substituto de Filosofia Racional e Moral no Real Colégio das Artes de Coimbra com o ordenado de 200\$00” (SILVA, 1975, p. 9).

⁴ Seguimos aqui os dados biográficos apresentados no verbete *Silvestre Pinheiro Ferreira*, no **Dicionário Bibliográfico Português**, embora esses dados venham sendo hoje discutidos, principalmente a relação entre Pinheiro Ferreira e o Conde da Barca. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, ele teria sido enviado a Berlim, em 1802,

como representante do governo português e, a partir de outubro de 1804 a setembro 1808, teria permanecido na Alemanha em missão de estudos, tendo estudado mineralogia com os naturalista Karsten, em 1802 e 1803, e com A. G. Werner, em 1804 e 1805. Cf. SILVA, 1975, p. 27-30.

⁵ Na página seguinte, escreve ainda, “ouvimos muitas vês os mais distintos filósofos da Alemanha, e entre eles os dois primeiros discípulos, Fichte e Schelling, disputarem sobre a inteligência de seu mestre e seu oráculo. Nem um só encontramos que não dissesse que ele só entendia Kant. Por este modo, o em que todos concordavam é que ninguém o entendia. O mesmo acontece aos citados Fichte e Schelling e ao famoso Hegel, que todos acabaram por abandonar Kant e todos repudiaram duas ou três vezes os sistemas que antes haviam ensinado como chefes de escola. Outro tanto havemos observado entre os ecléticos da França”.

⁶ Não há acordo entre os historiadores do período no que tange à data de chegada de Silvestre Pinheiro Ferreira ao Brasil. Inocêncio Ferreira afirma ter sido em 1810, sendo seguido por Antonio Paim, Antonio Braz Teixeira, Delfim Santos, Lopes Graça, dentre outros. Mantivemos a data sugerida por Maria Beatriz Nizza da Silva porque, dentre a bibliografia a que tivemos acesso, seu texto é um dos mais completos na consulta da documentação desse período de nossa história.

⁷ As **Memórias** foram publicadas pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1884, p. 1-13).

⁸ A narrativa acerca de sua participação no governo, na fase brasileira, será descrita nas **Cartas sobre a revolução do Brasil**, também publicadas pela revista do IHGB (1888, p. 139-377).

⁹ Em seu longo exílio parisiense, Silvestre Pinheiro Ferreira dedicar-se-á à Filosofia e à reflexão política, tendo comentado as constituições brasileira e portuguesa, publicando, em 1834, o **Manual do cidadão em um governo representativo**, em 3 volumes, além de seu **Essai sur la psychologie**, em 1826, onde encontramos a edição em grego com a respectiva tradução dos textos gregos e latinos citados no *Essai*.

¹⁰ Aqueles que estudavam Teologia e Medicina deveriam cursar previamente o Colégio das Artes, e aqueles que estudassem Cânones e Leis deviam ser aprovados em latinidade pelo Colégio. (SARAIVA, 1996, v. 2).

¹¹ LEITE, 1930-1950, v. 1, p. 71.

¹² “Depois do estudo elementar, que também houve sempre nos Colégios do Brasil, o primeiro curso segundo Santo Inácio abrangia as Letras Humanas, além da gramática, a Retórica, a Poesia e a História.” (LEITE, 1930-1950, v. 1, p. 75).

¹³ Os jesuítas se estabelecem no Brasil seis anos após a fundação da Companhia, cujas bases foram lançadas em 15 de agosto de 1534 por Inácio de Loyola, sendo confirmadas por Paulo III, em 1540. A partir daí, os jesuítas se dispersaram em

missões não só de combate às heresias, mas, sobretudo, além-mar, propagando a fé cristã e o Evangelho a todos os povos.

¹⁴ “... ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever. Parece-me bom modo esta para trazer os índios da terra, os quais têm grandes desejos de aprender; e, perguntados se querem, mostram grandes desejos.” (Carta do Pe. Manuel da Nóbrega, 12 dias após sua chegada ao Brasil, datada de 10 de abril de 1549. In: **Cartas do Brasil. Acta Universitates Conimbrigensis**. Coimbra, 1955 apud Leite, 1965, p. 40). A primeira escola de ler e escrever começou com 7 órfãos de Lisboa e com mestiços da terra, tendo também por finalidade “receber e ensinar os filhos dos gentios novamente convertidos”, e foi fundada juntamente com o Pe. Leonardo Nunes, que, em 1553, ensinava a “ler, escrever, cantar, tocar flauta e aos mais aptos o latim” (LEITE, 1965, p. 41). “Em 1546, já o mestre Irmão Luís Carvalho ensinava a **Eneida**, de Virgílio, na Bahia, a onze estudantes; e depois nos Colégios maiores se desdobraram as classes de latim, ensino freqüentado durante dois séculos por numerosas gerações de estudantes brasileiros que seguiram todas as carreiras.” (LEITE, 1965, p. 43).

¹⁵ Para os jesuítas a língua é o instrumento apto e próprio para a conquista das almas, e, se a finalidade da Companhia era a evangelização, tanto na Europa quanto fora dela, “os padres enviados aos mouros e turcos deveriam aprender a língua arábica e a caldaica, os que fossem para a Índia, a índica, e assim para os outros” (LEITE, 1930-1950, v. 1, p. 75). Aqui parece estar a razão pela qual os jesuítas instituíram, no Brasil, o estudo da “língua dos índios”: “...em compensação, havia o que os padres classificavam pitorescamente de *grego da terra*, que era a língua dos índios. E dela fez-se Gramática e ensinou-se no Colégio” (LEITE, 1930-1950, v. 7, p. 162, *grifo nosso*).

¹⁶ Não só nos famosos **Sermões**, mas também nos comentários escritos por ele às tragédias de Sêneca e às **Metamorfoses** de Ovídio. Cf. LEITE, 1930-1950, v. 7, p. 152.

¹⁷ O prefácio da **Gramática Latina** continha duras críticas à Gramática do Pe. Manuel Álvares que, segundo indicação no prefácio, continha mais de cem erros de gramática. Conforme assinala Laerte Ramos de Carvalho, “não tardou a contestação, e *metodistas* e *alvaristas*, oratorianos e jesuítas, se engalfinharam numa polémica que, embora estritamente gramatical, mal disfarçava os objetivos desiguais de duas pedagogias, de dois humanismos, se nos permitem a expressão em conflito” (CARVALHO, 1978, p. 42).

¹⁸ “O governo incorporou desta forma, fazendo-o seu, o método preconizado pela Congregação do Oratório. O “alvarismo”, daí por diante, passou a ser tenazmente perseguido.” (CARVALHO, 1978, p. 42).

¹⁹ “O ensino do latim por intermédio da língua vernácula, que se transformou num dos pontos fundamentais da reforma pombalina dos estudos menores, fora precon-

zado pelos pedagogos franceses que seguiram os ensinamentos de Comenius. Verney serviu-se particularmente do **Traité des Etudes** de Rollin” (CARVALHO, 1978, p. 64, n. 9).

²⁰ O modo como as reformas pombalinas chegaram até nós tem sido objeto de muitas polêmicas: “Num gesto de ‘iluminismo’ despótico, que estendeu de repente sobre a mocidade brasileira a confusão e a treva. Extintos os cursos, dispersados os estudantes, expatriados os professores (no desterro, oráculos melancólicos das liberdades abolidas, nelas envolvidas a das pátrias americanas), pode-se falar de retrocesso, no Brasil; ao tempo em que na Metrópole, se falava em razão e *boa razão*, desanuviada e culta. Para o Brasil sobreveio o período obscuro das lições particulares, da retórica e da filosofia ensinada nos conventos, à espera da aula régia, que as articulasse com a reforma da universidade; [...] Retrocesso, sim. Por duzentos anos desenvolvera-se aqui a instrução sistemática, da aula rudimentar à láurea doutoral, com um saldo considerável de ilustrações vozeando, escrevendo, publicando, desde a geração de Bento Teixeira até as academias que ornaram e recomendaram a cultura neoportuguesa, [...]” (CALMON, 1976, p. 350-351).

²¹ Antes da vinda de D. João VI, e após a expulsão dos jesuítas, o estudo da Filosofia entre nós ficaria quase inteiramente restrito aos Seminários, que nem sempre adequaram seu ensino às normas pombalinas, e as denúncias feitas pelos professores régios nomeados parecem sublinhar a influência do ensino religioso, quando relatam que ensinavam ao público a filosofia proscribida pela reforma, “em umas apostilas peripatéticas cheias de questões escuras e inúteis que servem de arruinar e fazer perder o gosto aos bons estudos”. Apud Sucupira, 1976. Cf. também a polêmica entre os professores régios de latim nomeados para Pernambuco apresentado no Apêndice do livro citado de Laerte Ramos de Carvalho.

²² A notícia enviada a Lisboa por Luis Joaquim dos Santos Marrocos – que chegou ao Rio em 1811 com segunda leva de livros despachados de Portugal quando da fuga da família real e que foi prefeito da Real Biblioteca do Rio de Janeiro de 1821 a 1825 –, acerca do projeto das **Preleções Filosóficas**.

²³ Que se transformaria posteriormente no Colégio Pedro II.

²⁴ As críticas que Hipólito da Costa fará às **Preleções** serão refutadas por Silvestre Pinheiro Ferreira na Décima Oitava **Preleção**, a partir do § 590, o que nos permite supor que só devem ter sido redigidas no final de 1814. Em agosto de 1816, o mesmo **Correio Braziliense** informa a publicação da Nona à Vigésima **Preleção**, o que nos permite indagar se o curso não se prolongou para além de 1815.

²⁵ A tradução das **Categorias** por Silvestre Pinheiro Ferreira foi reeditada pela Guimarães Editores.

²⁶ No Rio de Janeiro, existem 3 exemplares das **Preleções**: 2 exemplares na Biblioteca Nacional, sendo que o ex. 1 faz parte da Coleção Benedito Ottoni, com 29

Preleções e a tradução das **Categorias**, encadernados em um volume, e o segundo exemplar, com o Carimbo da Real Biblioteca, está incompleto. O terceiro exemplar faz parte do acervo do Real Gabinete Português de Leitura, contendo apenas as 8 primeiras Preleções.

Das edições mais recentes das **Preleções Filosóficas**, citamos ainda: FERREIRA, 1996; FERREIRA, 1970.

²⁷ Para uma biografia de José Bonifácio, cf. SOUSA, 1974.

²⁸ Embora, no prefácio à tradução, o tradutor faça menção à tradução e ao comentário elaborados por Zenobetti, que não pôde consultar: “Idílio composto em grego pelo poeta Meleagro, natural de Gadara na Síria, e que floresceu um século, com pouca diferença, antes do nascimento de Cristo, impresso em Roma, pela primeira vez em 1759, pelo Sr. João Baptista Zenobetti, que o tirou de um códice Manuscrito, que da Biblioteca Palatina passaria para a do Vaticano, e o traduziu e comentou amplamente”.

Como, porém, não pudesse eu consultar essa bela edição, servi-me do texto grego e da versão latina, como vem na *Obra Periódica* que outrora se publicava em Berna com o título ‘**Excerptum totius Italicae, nec non Helveticae Litteraturae**’, no tomo IV, do ano de 1759” (ANDRADA E SILVA, 1816, p. 4).